

O SISTEMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO, PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE — REFLEXOS E CONTRIBUTOS DE UMA GESTÃO ADAPTATIVA, PEDAGÓGICA E PROATIVA

HELENA TELES*

Resumo: Decorridos vinte anos sobre a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial (ADVPM) pela UNESCO, na categoria de paisagem cultural, evolutiva e viva, a entidade gestora, propõe, como abordagem ao tema — Gestão e salvaguarda da paisagem classificada —, uma reflexão isenta sobre os resultados alcançados com a implementação do atual sistema de gestão e monitorização. A proximidade com o território e a interação proativa e pedagógica com os seus principais agentes têm tido resultados e reflexos concretos na salvaguarda e valorização da paisagem vinhateira.

Palavras-chave: gestão; monitorização; interação; resultados; salvaguarda.

Abstract: Twenty years after the Alto Douro Wine Region classification as World Heritage by UNESCO, in the category of cultural, evolutionary and living landscape, the management entity proposes to address the theme — Management and safeguarding the classified landscape — by presenting an exempted reflection on the results achieved with the implementation of the current management and monitoring system. The proximity to the territory and the proactive and pedagogical interaction with its main agents have had concrete results and reflexes in the safeguard and enhancement of this vineyard landscape.

Keywords: management; monitoring; interaction; results; safeguard.

Dando continuidade à parceria estabelecida com o CITCEM, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para a prossecução do projeto *Douro e Pico — Paisagens Culturais Património Mundial*, a Missão Douro tem a honra de participar neste Simpósio Europeu *Paisagens Culturais da Vinha*, num reforçado compromisso com o território, os seus agentes e a chancela UNESCO, quando se celebram vinte anos da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial.

A participação neste projeto, nomeadamente nos três *workshops* anteriormente realizados, foi determinante para a comunicação e promoção dos atributos e valores intrínsecos deste sítio, bem como do sistema de gestão e monitorização que tem vindo a ser implementado.

* Licenciada em engenharia civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, é chefe de Estrutura Sub-regional de Vila Real da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Gabinete Técnico da Missão Douro.

Assinalar esta data com um evento científico e cultural desta amplitude configura uma mais-valia excecional, não só do ponto de vista da consolidação e difusão de conhecimentos, decorrentes da participação de especialistas e investigadores conceituados, oriundos de vários pontos da Europa, mas também pela partilha de experiências e estreitamento de parcerias, fundamentais para a gestão diária do vasto território duriense. Está ainda em causa o reforço de uma plataforma de cooperação que nos permita enfrentar os desafios que se colocam à região e suas populações, tirando partido dos ativos inerentes à classificação e ao reconhecimento mundial do seu Valor Universal Excecional (VUE).

Com efeito, este é o momento de promover uma reflexão sobre a evolução recente do território, repensando o futuro de forma prospetiva, envolvendo e valorizando o apoio de todos aqueles que, diariamente, concorrem com o seu trabalho, conhecimento e liderança para a salvaguarda deste património, a construção da paisagem e o desenvolvimento da região, personificados no Duriense, anónimo construtor da paisagem, e em instituições como o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, a Liga dos Amigos do Alto Douro Vinhateiro, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Associação de Empresas do Vinho do Porto e, como não poderia deixar de ser, a Comissão Nacional da UNESCO e o ICOMOS Portugal, parceiros de relevo nesta missão conjunta.

Enfrentamos um futuro incerto e exigente, indissociável dos efeitos das alterações climáticas, das crises socioeconómicas e sanitárias que nos afetam, veja-se a crise pandémica ainda em curso e as suas repercussões nos setores vitivinícola e turístico da região.

Como tal, é imperativo reforçar a apropriação dos valores intrínsecos à chancela UNESCO, consolidar a identidade coletiva em torno de uma herança secular, incorporando novos fatores de sucesso com a inovação, a tecnologia, a competitividade, a capacitação e fixação de recursos humanos, como forma de potenciar a região de forma integrada e sustentável.

Neste contexto, a comunicação da Missão Douro pretende abordar os principais desafios associados à operacionalização do sistema de gestão e monitorização, focando alguns dos resultados alcançados, no que concerne à preservação e salvaguarda da paisagem.

A partir de uma apresentação sucinta sobre os atributos que conferem VUE ao Alto Douro Vinhateiro, realçam-se as intervenções que mais têm concorrido para a sua evolução, em particular a reconversão da vinha e manutenção dos muros de pedra posta de xisto. Destaque ainda para o papel do vitivinicultor duriense enquanto principal agente de transformação do território e guardião de saberes e tradições associados à cultura da vinha, um interlocutor ativo no que toca à disseminação e incorporação de boas-práticas, técnicas e materiais tradicionais, imprescindíveis à preservação do património, potenciando, em simultâneo, a sustentabilidade económica do setor. Ao longo dos anos, a entidade gestora tem privilegiado o contacto direto com estes agentes,

por via da sensibilização e aconselhamento técnico no local, da formação e capacitação e ainda da transmissão geracional do conhecimento tradicional, determinantes para a manutenção do carácter antrópico desta paisagem vinhateira, enquanto herança coletiva multissecular, numa gestão adaptativa, pedagógica e proativa.

1. IDENTIDADE E VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL DO ALTO DOURO VINHATEIRO

Localizado no interior norte do país, ocupando uma área de 24 600 ha ao longo do vale do rio Douro, o Alto Douro Vinhateiro constitui a mancha mais representativa e bem preservada da secular Região Demarcada do Douro, com uma área total de 250 mil ha, que coincide, na generalidade, com a sua Zona Especial de Proteção (ZEP).

A paisagem vinhateira, tal como hoje a conhecemos, resulta da conjugação de inúmeros fatores e do trabalho, persistência e perseverança do Homem duriense na apropriação e adaptação das condições naturais adversas à cultura da vinha. Com efeito, características biofísicas do território condicionam a ocupação do solo, determinam a sistematização e armação do terreno das vinhas, a alternância com outras culturas e, conseqüentemente, as atividades económicas da região.

O vale encaixado do rio Douro e a sua rede de afluentes marcada por vertentes abruptas e xistosas obrigaram o Homem duriense a um esforço hercúleo na modelação do terreno para adaptação dos sistemas de cultivo da vinha, trabalho manual que só recentemente tem vindo a ser parcialmente mecanizado. Também o clima é especial e, hoje, os efeitos decorrentes das alterações climáticas que já se fazem sentir na região são uma preocupação que tem levado os vitivinicultores e as instituições com responsabilidade no território à definição de estratégias que permitam adaptar a produção vitivínicola a novas condições, resultantes da escassez de água, do aumento das temperaturas e da frequência de fenómenos extremos.

Este território distingue-se igualmente pelo seu riquíssimo património natural, com destaque para um coberto vegetal autóctone, onde predominam espécies mediterrâneas e uma biodiversidade exuberante, que, além das funções de sustentabilidade ambiental, representam, no seu conjunto, um importante ativo turístico.

Do ponto de vista histórico, o Douro encerra toda uma herança coletiva fortemente marcada pela vitivinicultura de montanha, cujos testemunhos são uma constante na paisagem. Desde os primeiros vestígios arqueológicos que comprovam a ocupação pré-histórica no Parque Arqueológico do Vale do Côa, aos primeiros indícios da cultura da vinha nos achados do período romano, como a Fonte do Milho, passando pelo legado da Ordem de Cister. O incremento da agricultura e da vitivinicultura muito ficou a dever a estes monges que, a partir do século XII, se fixaram na região.

Porém, um dos momentos mais marcantes na história da região ficou a dever-se à ação do ministro do rei D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal,

que, em 1756, cria a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e ordena a primeira delimitação da Região Demarcada do Douro, passando esta a constituir-se como a mais antiga região vinhateira regulamentada e demarcada do mundo, processo que em muito contribuiu para que os seus mais autênticos atributos chegassem aos nossos dias.

Já no século XIX, as doenças fitossanitárias que atingiram as vinhas do Baixo e Cima Corgo, em particular a filoxera, com um efeito verdadeiramente devastador, constituíram um dos principais agentes de transformação da paisagem e da socio-economia, pela destruição dos vinhedos e outras perdas causadas aos vitivinicultores, que se viram obrigados a vender e a abandonar as suas propriedades, deixando as suas parcelas ao abandono, vindo-se a tornar num importante testemunho histórico e marca paisagística dessa época — os mortórios. Esta crise fez emergir outra importante personagem histórica, D. Antónia Adelaide Ferreira, a *Ferreirinha*, pela busca de soluções eficazes no combate desta praga e no investimento que fez na recuperação das propriedades devastadas e novas plantações.

Em paralelo, a melhoria das acessibilidades da via fluvial, nomeadamente com a abertura do Cachão da Valeira à navegação e, posteriormente, com a chegada do caminho de ferro a Barca de Alva, levaram à expansão da cultura da vinha para o Douro Superior, onde hoje se consolida a produção de vinhos DOC de excelência reconhecida, segmento que veio complementar o tradicional e único vinho do Porto.

Esta interação entre o Homem e a Natureza resultaram numa narrativa histórica única, cujas camadas se encontram plasmadas num mosaico paisagístico policromo, rico e alternado de terraços, socalcos e outras formas de armação do terreno para a sistematização e cultura da vinha, muros de pedra posta de xisto e outros elementos de arquitetura vernacular (como casebres, escadas, condutas de água), de alternância de culturas (com a presença de oliveiras, amendoeiras, pomares de citrinos) e pequenas hortas, povoados, aldeias e vilas, as quintas, edifícios e locais de culto, entre muitos outros, refletidos nos três critérios de classificação:

- critério iii — o Alto Douro Vinhateiro produz vinho desde há cerca de dois mil anos; a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas;
- critério iv — as componentes da paisagem do Alto Douro Vinhateiro são representativas do completo leque de atividades associado à produção vitivinícola — socalcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação;
- critério v — a paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro constitui um excepcional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo.

Foram precisamente a antiguidade da cultura da vinha e as componentes únicas e identitárias representativas desta atividade ao longo dos séculos que, com base nos

critérios acima referidos, levaram ao reconhecimento e inscrição do Alto Douro Vinhateiro na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 14 de dezembro de 2001, com a categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, ponto de viragem para o seu reconhecimento e projeção à escala global. Mas também o assumir de um novo compromisso com a herança patrimonial de Humanidade, facto que obrigou o Estado Português à implementação de um conjunto de medidas e ao aperfeiçoamento contínuo do sistema de gestão.

2. UMA GESTÃO ADAPTATIVA, PROATIVA E DE PROXIMIDADE

Condicionada qualquer abordagem mais exaustiva sobre as soluções regulamentares, programáticas e operacionais que marcaram a gestão deste sítio, importa referir que uma das principais vantagens associadas à opção governamental de incorporar a gestão do ADVPM na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte) se prende com a oportunidade e pertinência de uma abordagem integrada no conjunto de competências que lhe estão atribuídas em termos de Ordenamento do Território, Ambiente, Fiscalização, Desenvolvimento Regional, de gestão dos Quadros Comunitários de Apoio, tirando partido da sua posição estratégica, privilegiada, enquanto interlocutora para a coordenação de políticas setoriais na região.

A publicação da Resolução Conselho de Ministros n.º 4/2014, de 10 de janeiro, veio, precisamente, clarificar o sistema de gestão do ADVPM, determinando que a missão de o proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover, passaria a ser diretamente assegurada pela CCDR-Norte, tendo sido criado o Gabinete Técnico Missão Douro (GTMD), integrado e na dependência da Estrutura Sub-Regional de Vila Real (ESRVR), cujo principal papel consiste na operacionalização da gestão e monitorização do território classificado. Estabeleceu ainda o modelo de governança e representação setorial, institucional e da sociedade civil pela constituição de dois órgãos consultivos: o Grupo Coordenador Permanente, que integra entidades públicas com responsabilidade na gestão do território como a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Direção Regional da Cultura, o Turismo de Portugal, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e o Turismo do Porto e Norte; já o Conselho Consultivo inclui cerca de cinquenta entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes setores de atividade, fórum privilegiado para análise e discussão regular e sistemática sobre os principais desafios e dinâmicas regionais.

No que concerne ao modelo de monitorização, este foi estruturado de forma a dar resposta ao processo de gestão adaptativa do sítio e à necessidade de acompanhamento e reporte sistémico do seu estado de conservação, atendendo à dimensão e circunstâncias específicas de toda a área abrangida.

Do quadro de componentes de monitorização então estabelecido, a paisagem tem merecido especial atenção, quer pela complexidade da sua estrutura e funcionamento,

quer pelos desafios constantes de uma entidade em permanente mudança, quer ainda pelo leque de indicadores definidos que incluem, por exemplo, a área de vinha reconvertida, os socalcos, os patamares, a vinha ao alto, a vinha sem armação, a área de olival, a área de amendoal, a área ocupada por outras culturas, a existência de bordaduras, os pomares de citrinos, os mortórios, a reconstrução e construção de muros tradicionais do Douro, as manchas de matos, matas, povoamentos florestais e galerias ripícolas, a preservação e valorização do edificado, entre outros elementos patrimoniais.

Com efeito, a gestão diária de outras competências relacionadas com o Ordenamento do Território e Ambiente tem concorrido e facilitado a metodologia de trabalho adotada e continuamente melhorada, nomeadamente pela georreferenciação de todos os polígonos correspondentes a áreas intervencionadas no terreno. A gestão transversal e holística dos projetos que enformam estas alterações ao uso do solo e outras de maior envergadura e passíveis de gerar eventuais impactes leva a que sejam georreferenciados e mapeados com recurso a uma base de dados geográficos, diariamente atualizada, cuja informação é complementada e validada através de visitas de campo regulares. A análise comparativa desta informação tem sido determinante para o acompanhamento e avaliação das dinâmicas de mudança à luz da sua consentaneidade e compatibilidade com os atributos e critérios de classificação do Alto Douro Vinhateiro.

Importa ainda referir que o processo de monitorização, além das áreas de amostragem definidas como prioritárias, que correspondem às dez paisagens de referência com uma área aproximada de 500 ha cada, tem sido alargado a toda a área delimitada pela respetiva ZEP.

Por outro lado, a gestão e monitorização destes processos têm obrigado a incursões no terreno, não só em fase prévia ao sentido de decisão sobre os pedidos de intervenção aí consubstanciados, como também em fase posterior, para verificação *in loco* das disposições e orientações emanadas pela entidade gestora. Sobre esta metodologia foram dados exemplos concretos: um com identificação e ilustração da mesma parcela de terreno antes e depois da implementação do projeto, onde se sinalizaram as intervenções, posteriormente verificadas e validadas; outro, ilustrando a aprovação parcial de uma intervenção, acautelando a manutenção do património arbóreo e arbustivo mediterrâneo e alguns elementos vernaculares aí presentes.

No que à monitorização diz respeito, importaria lembrar que o Alto Douro Vinhateiro assume o cariz de uma paisagem marcada pela vitivinicultura de montanha, cujas características se replicam noutras paisagens culturais classificadas da Europa, enfrentando os desafios associados à sustentabilidade socioeconómica de base territorial.

Cinque Terre, em Itália, Wachau, na Áustria, Lavaux, na Suíça, são alguns exemplos de paisagens de forte pendor evolutivo e vivo, logo, em permanente mudança, recorrendo, por questões operacionais, a plataformas de dados espaciais e sistemas de informação

geográfica que permitam, por um lado, mapear as alterações, por outro, reunir dados de suporte a modelos de gestão adaptativos e colaborativos, adequados a identidades e realidades territoriais distintas.

Outra das vantagens associadas à gestão integrada de competência, pela equipa técnica no terreno, prende-se com o acompanhamento de projetos que, pela sua natureza, tipologia e envergadura, estão sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), sendo que a Missão Douro integra as respetivas comissões de avaliação, analisando e emitindo pareceres sobre diferentes fatores ambientais nas fases do procedimento, dando enfoque à salvaguarda dos atributos do Bem, equacionando sempre as alternativas e soluções menos lesivas dos valores em presença, avaliando ainda os efeitos cumulativos dos projetos.

Já a Avaliação de Impacte em Património (AIP) é uma prática de gestão que tem vindo a ser implementada para outros projetos públicos e privados, que, mesmo não estando sujeitos ao Regime Jurídico da AIA, merecem uma abordagem focada na avaliação de eventuais impactes, considerando o Bem como um todo, onde, além dos fatores ambientais, são consideradas outras componentes patrimoniais, como o contexto histórico, o espírito de lugar, a perspetiva imaterial e demais atributos que conferem Valor Universal Excepcional ao Bem (em resultado da *Declaração de Sintra*, 2017).

A par da melhoria contínua da metodologia de trabalho, não só na aplicação dos mecanismos e regulamentos de gestão e salvaguarda em vigor para a área classificada e respetiva ZEP, a Missão Douro tem procurado tirar o máximo partido do capital de experiência e conhecimento técnico da sua equipa e da relação de proximidade com o território e seus agentes.

Depois de um processo de capacitação interna, que incluiu sessões de formação para uniformização de abordagens aos principais aspetos a considerar na análise dos processos, não só ao nível dos valores patrimoniais em presença, mas também das boas-práticas agrícolas e ambientais a implementar, e ainda o manuseamento e domínio destas novas ferramentas digitais de trabalho. A formação do quadro técnico incluiu ainda trabalho de campo, com visitas acompanhadas a quintas de referência na região.

A aposta na capacitação e formação foi alargada aos vitivicultores e suas associações, complementada com numerosas sessões públicas de informação e sensibilização e ainda com visitas aos locais das intervenções visando a avaliação da situação de partida para subsequente aconselhamento técnico quanto às soluções a adotar.

O fomento do trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias com agentes públicos e privados de diferentes setores de atividade têm sido pedra de toque do processo de governança e do envolvimento da comunidade local no acompanhamento das dinâmicas atuais e desígnios futuros da região.

Aqui destacaram-se as ações em parceria com a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, nomeadamente as edições consecutivas do curso de formação anual de professores sobre o ADVPM, com comunicações sobre o ADV e o seu Valor Universal

Excepcional, bem como o seu sistema de gestão e monitorização, acrescido do acompanhamento de visitas de campo. Enquadrados na mesma parceria, os concursos escolares destinados à comunidade educativa da região visam premiar os melhores trabalhos sobre o ADV e proporcionar às turmas vencedoras visitas de estudo ao Património Mundial.

Nesta vertente, importa ainda referir que, ao longo dos últimos anos, a entidade gestora tem sido convidada a integrar fóruns temáticos promovidos por instituições de ensino superior de referência, sendo que os membros da equipa técnica são convidados a fazer comunicações, sobretudo para alunos de mestrado e a acompanhar os respetivos grupos em visitas de estudo pelo ADVPM.

No entanto, o interesse pela temática do Património Mundial e pelas potencialidades que esta classificação representa para a região e seus agentes, como fator diferenciador de desenvolvimento e competitividade, tem-se replicado noutros setores, que cada vez mais se preocupam em incorporar nos seus projetos e eventos conhecimento sobre esta temática. Nesta medida, multiplicam-se os convites para apresentação de comunicações em certames organizados por entidades associadas ao turismo, cultura, forças de segurança, ordens profissionais, gestão autárquica, natureza e florestas, entre outras.

Assim, numa área territorial tão extensa e tão segmentada do ponto de vista institucional, a Missão Douro tem privilegiado a cooperação, o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias como formas de potenciar o desenvolvimento integrado, coeso e sustentável da região. No entanto, o alvo prioritário nesta gestão de proximidade será sempre o construtor da paisagem e a comunidade local, no seio dos quais importa enraizar o sentido de pertença e a apropriação dos valores intrínsecos à chancela Património Mundial, como forma de preservar e levar às gerações futuras esta herança cultural única, potenciando o melhor aproveitamento de todos os seus recursos patrimoniais e endógenos na melhoria das suas condições de vida.

CONCLUSÃO

Tendo em consideração que o limite temporal para uma apresentação desta natureza exclui uma abordagem mais abrangente e alargada ao ADVPM, importa reter, em síntese conclusiva, alguns aspetos preponderantes para a reflexão a que nos propusemos:

- a primeira prende-se com o facto de o ADVPM ter uma localização geográfica e estratégica privilegiada em relação aos outros sítios classificados do norte de Portugal e da vizinha Espanha, mantendo a função secular de corredor de povos e culturas;
- a segunda, com a riqueza natural, cultural e patrimonial excepcional que detém, associada à crescente notoriedade da chancela UNESCO, que lhe confere uma margem de crescimento e de sustentabilidade, determinante para ultrapassar, com resiliência, o efeito recessivo da pandemia; o desequilíbrio sociodemográfico e correspondente tendência de esvaziamento do território e envelhecimento

da população; a falta de mão de obra qualificada para os trabalhos inerentes à vitivinicultura; o agravamento dos efeitos das alterações climáticas, entre outros desafios futuros.

Importa ainda considerar o sistema de gestão e monitorização que tem vindo a ser implementado e a sua adequação à realidade territorial da área classificada e respetiva ZEP. Sob este prisma, os resultados apurados a partir do último exercício de avaliação permitem-nos perceber que, entre 2014 e 2021, as alterações ocorridas e monitorizadas nas dez paisagens de referência foram muito reduzidas e resultaram de pequenas transformações à ocupação do uso do solo e ao sistema de armação da vinha, consideradas, na globalidade, consentâneas com os valores de autenticidade e integridade do ADV. A avaliação dessas alterações assume um carácter quantitativo e qualitativo, através da Magnitude da Mudança e do Sentido da Mudança, respetivamente. A Magnitude da Mudança indica-nos a evolução da paisagem em termos quantitativos e é avaliada com base na diferença entre a área de uso de solo em 2014 e 2021 relativamente à área total de cada local de amostragem, expressa em percentagem.

Assim, decorridos vinte anos sobre a classificação do Alto Douro Vinhateiro pela UNESCO como paisagem cultural evolutiva e viva, podemos considerar que, apesar das dificuldades e constrangimentos inerentes à dimensão, diversidade territorial e multiplicidade de atores locais e regionais envolvidos no processo, o caminho por todos percorrido tem-se revelado frutuoso, não só no que respeita à preservação e salvaguardados dos seus valores e atributos, como à melhoria significativa das intervenções com reflexos na paisagem, desde a mais pequena parcela de vinha ao empreendimento hoteleiro arquitetonicamente mais cuidado e integrado, culminando com o crescente enraizamento comunitário do sentido de pertença e apropriação de uma herança secular e única.

Com efeito, a opção adotada pelo Estado Português em 2014 de internalizar na CCDR-Norte a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a paisagem classificada, trouxe como mais-valia o desempenho em paralelo das competências no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente, Desenvolvimento Regional e Norte 2020 e da Missão Douro, com ganhos significativos para a gestão sistémica do território.

Atendendo ao carácter evolutivo deste sítio, o processo de monitorização sofreu alguns desenvolvimentos pelo incremento de medidas tendentes à sua otimização, quer ao nível da metodologia de trabalho quer ao nível da qualidade das intervenções no terreno, no contexto de uma gestão adaptativa do território.

Os resultados da monitorização, expressos no último relatório enviado ao Centro do Património Mundial, revelam que ocorreu uma transformação ao nível do uso do solo, com o aumento de área de vinha, sem que, no entanto, se tenham afetado os valores de autenticidade e integridade do ADV. Pelo contrário, algumas das intervenções levadas a cabo contribuíram para a qualidade da paisagem.

Nesta conclusão, cabe ainda uma referência à comemoração dos cinquenta anos da Convenção do Património Mundial, motivo acrescido para a promoção de uma discussão mais abrangente sobre esta temática, incorporando-a no programa comemorativo dos vinte anos do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade que se inicia a 14 de dezembro de 2021 e se prolonga durante um ano, até 14 de dezembro de 2022. Este programa inclui uma série de iniciativas desenvolvidas pelo conjunto de instituições regionais ligadas ao Douro Património da Humanidade, integrantes dos Órgão Consultivos da Missão Douro, que constituem uma Comissão Organizadora incluindo a CIM do Douro, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte, o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, Museu do Douro e Fundação do Côa.

A programação, além do conceito comemorativo que procura assinalar publicamente a data e o seu significado, apresenta um pendor prospetivo e reflexivo sobre os grandes desafios de desenvolvimento para o horizonte 2030, bem como de *marketing* territorial cujas ações procurarão valorizar a identidade regional.

Importa, pois, continuar a fomentar um sentimento sustentável de autoestima e pertença das comunidades locais, valorizando a identidade cultural, o património imaterial, as pessoas e as suas conquistas coletivas a par de todos os fatores identitários e diferenciados do Douro enquanto território de excelência.

A Missão Douro continuará, assim, focada no seu desígnio de entidade gestora de um sítio tão exigente quanto desafiante, apostada na adoção de boas-práticas de planeamento, gestão, comunicação, participação e cidadania.

FONTES ELETRÓNICAS

- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<http://www.ccdr-n.pt/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://en.unesco.org/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.apambiente.pt/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.unescopor-tugal.mne.pt/pt/a-cnu>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.ivdp.pt/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.rmpm.pt/repositorio>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<http://www.parconazionale5terre.it/page.php?id=82>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.region-du-le-man.ch/en/Z9278/lavaux-unesco-terraced-vineyards>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <https://kipdf.com/project-vitour-landscape_5aec18177f8b9a75508b4586.html>.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de *et al.*, coord. (2002). *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. Vila Real: UTAD.
- ANDRESEN, Teresa; REBELO, José (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro — Paisagem Cultural Evolutiva Viva*. Porto: CCDRN/EMD; CIBIO UP/UTAD, vol. 1. Relatório de Avaliação.
- FUNDAÇÃO REI AFONSO HENRIQUES (2000). *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Marca-Artes Gráficas.

